

A ignorada polarização secular

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília



Bélgica e os que estão na Índia”, sem que essa polarização seja enfrentada, nem ao menos reconhecida. Felizmente, o presidente Lula trouxe o tema ao tratar da disputa fiscal, quando usou a expressão “andar de baixo”, onde sobrevivem os de baixa renda, e “andar de cima”, onde vivem aqueles com rendas elevadas.

Essa polarização só se tornou visível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Emenda do Teto de Gastos e seu sucedâneo Novo Arcabouço Fiscal, que trouxeram a exigência de equilíbrio nas contas públicas. Até então, os governos amorteciam os conflitos sociais distribuindo benefícios ao “andar de baixo” sem tocar nos privilégios do “andar de cima”, financiando tudo com emissão de moeda ou de dívidas públicas. Isso acabava punindo especialmente os mais pobres, via inflação e juros altos, enquanto os ricos se protegiam com dólar, ouro, imóveis e ativos financeiros corrigidos monetariamente.

Ao reconhecer que há um limite para os gastos públicos, a polarização social deixa de ser invisível. Medidas como a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais passam a exigir o aumento de impostos para quem ganha mais de R\$ 1 milhão; benefícios sociais exigem o fim de isenções fiscais injustificadas; reajuste de salário mínimo exige enfrentar os gastos com supervalários; atender às emendas parlamentares implica cortar verbas de áreas prioritárias do Executivo.

O Brasil começa a entender que não se distribui riqueza por mágica, com dinheiro inexistente: para beneficiar um grupo carente, é preciso retirar privilégios de outro grupo, respeitando os limites fiscais e econômicos. Justiça social não é apenas cobrar mais impostos de quem tem, também é investir

esses impostos a favor de quem não tem. Não basta arrecadar mais dos ricos se o dinheiro continuar financiando mordomias, avalanche de emendas parlamentares, supervalários, aposentadorias especiais, prejuízos de estatais, corrupção e ineficiência; é preciso oferecer uma escada para que todos possam subir ao “andar de cima”. Essa escada é a educação básica de máxima qualidade, igual para todos, independentemente do “andar” em que o brasileiro nasce e vive. O caminho para superar a polarização social começa por garantir equidade na qualidade da escola de base. A polarização não teria persistido se, há 140 anos, a Lei Áurea tivesse incluído um segundo artigo: “Fica criado um sistema nacional de educação em que estudarão juntos os filhos dos escravizados e os filhos dos ex-senhores”.

Os governos democráticos investiram mais nos “andares” onde poucos concluíram o ensino médio do que nos “andares” onde dezenas de milhões permanecem analfabetos plenos ou sem educação de base adequada. Com as cotas para ingresso no ensino superior, elevaram o número de universitários, beneficiando inclusive alguns poucos vindos do “andar de baixo”, mas não reduziram o número de adultos analfabetos, nem universalizaram a conclusão de um ensino médio com qualidade. Permitiram até que se aumentasse a brecha entre a qualidade da educação dos filhos dos “andares de cima” e a dos filhos dos “andares de baixo”.

A polarização social só será vencida quando o sistema escolar brasileiro deixar de ser dividido entre “escolas para o andar de cima” e “escolas para o andar de baixo”, e o Brasil tiver um sistema nacional, igualitário, para a educação de base de todas as crianças.

Verdadeira polarização brasileira não é política. Ela se revela no contraste entre o salário mínimo recebido por um trabalhador sem acesso a serviços públicos de qualidade, quando não está desempregado, e os supervalários pagos a servidores do Estado, com estabilidade garantida até mesmo depois de aposentados por corrupção, custeados com recursos públicos que poderiam financiar os serviços dos quais esse trabalhador carece. Ainda assim, quando se fala em polarização, o foco recai quase sempre sobre disputas ideológicas, e não sobre a desigualdade social.

Entre 1822 e 1889, o Brasil atravessou períodos de polarização política, sem perceber a polarização social entre os brasileiros escravos e seus senhores. Depois da abolição e da República, tivemos momentos de polarização política, mas ignoramos a desigualdade social entre quem vive nas favelas e quem habita condomínios fechados; entre os que têm água tratada em suas piscinas e os que não têm água potável para beber.

A polarização social sempre foi negligenciada, invisível aos olhos da política e dos analistas. Parafraseando o economista e acadêmico Edmar Bacha, “dentro de um mesmo país, vivem os que estão na

Maurenilson Freire



Uso de drogas e CNH: o que os cabelos dos jovens podem revelar e que o volante não perdoa

» RODOLFO RIZZOTTO
Coordenador do Programa SOS
Estradas e fundador da entidade
de apoio a vítimas Trânsito Amigo



uma concessão do Estado condicionada à aprovação em exames teóricos, práticos, médicos e psicológicos. O candidato aprovado recebe uma permissão para dirigir, válida por um ano, podendo obter a CNH definitiva apenas se não cometer infrações graves e gravíssimas.

Do ponto de vista da segurança viária, é inadmissível que o Estado conceda o direito de dirigir a um usuário frequente de drogas, expondo a sociedade a riscos. O exame toxicológico de larga janela é, atualmente, a única ferramenta eficaz para identificar esse padrão de comportamento. Sua aplicação na primeira habilitação exerce um papel essencial de prevenção — como já ocorre com os motoristas profissionais das categorias C, D e E, que há anos reivindicam o mesmo rigor para os condutores iniciantes.

Desde a sua implementação, em 2016, o exame revelou uma realidade alarmante. Estudos anteriores, com urina e saliva, apontavam cerca de 5% de usuários de anfetaminas. Mas, com o exame do cabelo, constatou-se que 30% dos caminhoneiros de cargas comuns e 50% de cargas perecíveis usavam drogas frequentemente, com predomínio da cocaína (85%).

Em 2016, o Brasil tinha 13,2 milhões de motoristas nas categorias C, D e E. Com a exigência do exame, a renovação dessas categorias caiu em cerca de 30%. Atualmente, são 11,5 milhões. Mantido o crescimento entre 2011 e 2015, o total hoje seria de 16 milhões. Essa diferença é a “positividade escondida”, de motoristas que não fazem o exame porque sabem que serão reprovados e, ao não cumprirem uma obrigação legal, perdem a habilitação.

Comparando 2015 (sem exigência do exame) com 2017 (aplicação plena), dados da PRF

indicaram redução de 34% nos sinistros com caminhões e 45% com ônibus. O Ministério Público do Trabalho registrou queda de 60% nos laudos positivos entre 2015 e 2019. O que revelou a importância do exame na preservação de vidas e no combate à exploração desses motoristas. Alguns especialistas defendem testes na pista, com equipamentos que detectem o uso recente de substâncias. Mas a realidade da fiscalização nas vias públicas é bem diferente.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE/IBGE) 2019, 12,1% dos adolescentes relataram ter usado drogas ilícitas, ante 8,2% em 2009 — aumento de 47%. Já o World Drug Report 2025, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), mostra crescimento de quase 20% no uso entre jovens de 15 a 24 anos de 2013 a 2023. Exigir o exame na primeira habilitação ajuda a frear esse avanço do consumo de drogas no Brasil, especialmente entre jovens, porque poderemos garantir que 100% que obtêm a permissão para dirigir não serão usuários frequentes.

A medida, ainda, é essencial para a defesa da vida, uma vez que, segundo o Censo de 2022, acidentes de trânsito são uma das três principais causas de morte de jovens de 15 a 34 anos no Brasil, sendo que cerca de 50% desses casos estão relacionados ao uso de drogas e álcool na direção. Esse fato ocorre em todo o planeta há mais de 20 anos.

O veto presidencial deve ser derrubado pelo Congresso em nome da vida, da segurança e da prevenção. O exame de larga janela é uma medida cientificamente fundamentada, com impacto comprovado, que pode contribuir em várias áreas da saúde pública e atividades de risco.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Jogos de azar e azar da população

Para um país que não consegue sequer debelar o crime organizado que cresce a cada ano, infiltrando-se na máquina do Estado, a liberação dos jogos de azar vem para complicar enormemente o problema da criminalidade, facilitando a lavagem de dinheiro e favorecendo as práticas delituosas. Como é do conhecimento da população brasileira, que está cada vez mais desprotegida e entregue à própria sorte, a expansão das organizações do crime dentro do Estado vai sendo revelada dia a dia. É o caso da exploração de postos de combustível, transporte urbano e outras modalidades, todas voltadas para dar aparência legal ao dinheiro dessas organizações. Pior é que o crime organizado não se contenta só com esses negócios aparentes; investe pesado no financiamento de candidatos a cargos eletivos por todo o país.

A ideia era revogar importantes trechos da lei de 1946 para liberar bingos, cassinos, jogo do bicho e apostas em corridas. A votação do PL nº 2.234/2022, do ex-deputado Renato Vianna, que passou pela Câmara e, agora, aguarda conclusão no Senado, recebeu diversas emendas. Parece que a meta é tornar a população endividada refém da jogatina, apesar das falsas promessas de fiscalização dessa atividade. O fato é que o Brasil é um país vulnerável, em todos os sentidos, ao crime organizado e à violência dele decorrente.

Embora parte da população apoie a legalização dos jogos de azar, iludida com a possibilidade na criação de mais empregos e com as promessas de que as condições regulatórias sejam eficazes, o temor é grande em relação ao uso dessas atividades para lavagem de dinheiro e expansão do crime organizado. Lembremos que, recentemente, foi revelado que pelo menos 941 postos de combustíveis em 22 estados estão sob suspeita de controle por facções criminosas, como PCC, Comando Vermelho e Família do Norte, que operam esses nichos, sob o olhar displicente das autoridades, movimentando milhões de reais por dia. A verdade é que o crime organizado tem lucrado mais com combustíveis (R\$ 61,5 bilhões/ano) do que, propriamente, com tráfico de cocaína, que gira em torno de (R\$ 15 bilhões/ano).

Em operações denominadas Rei do Crime e Boyle, foram descobertos esquemas sofisticados do PCC para lavagem de dinheiro via postos e distribuidoras de derivados de petróleo. A situação não é nova e desperta grande preocupação na sociedade. Por outro lado, há confirmações de que as redes criminosas têm se infiltrado em empresas de transporte, creches, asilos, lojas etc., criando uma fachada legal para lavagem e movimentando milhões nas eleições, por meio de financiamento de candidaturas.

A Operação Lava-Jato, iniciada pelo Posto da Torre, em Brasília, mostrou como o crime se valeu do setor de combustíveis para lavar dinheiro e financiar campanhas, envolvendo corrupção em níveis altíssimos. A fórmula é simples: crime organizado + negócios lícitos = poder institucional.

Estima-se que cerca de R\$ 6 bilhões/ano são lavados formalmente no país, o que enfraquece a própria integridade do Estado. Vemos ainda que o financiamento de políticos e campanhas são cada vez mais comuns. A influência financeira no processo eleitoral é realidade: mafiosos financiam candidaturas, aproximam-se do poder e expandem seu alcance. Com isso, a população não tem a quem recorrer. Ao legalizar jogos de azar, sem estrutura robusta de controle eficaz, o que se tem é o uso dos recursos do Bolsa Família direcionados para apostas, agravando o problema da pobreza. Nada menos do que R\$ 3 bilhões, em agosto/2024, foram utilizados para esse fim, o que, por sua vez, estimula o crescimento de uso de cassinos clandestinos e sem lei.

Paralelamente, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta custos altíssimos com tratamento de dependência de jogos, sem preparo nem recursos adequados para isso. A liberação irrefletida dos jogos de azar pode se transformar num acelerador da corrupção e da lavagem de dinheiro. Nenhuma arrecadação fiscal e geração de empregos serão suficientes para a empreitada dos jogos valer a pena.

» A frase que foi pronunciada

“Cuida de evitar os crimes, para que não sejas obrigado a puni-los.”

Confúcio

Viagem grátis

» Mesa para dois. Brasília, nosso patrimônio, com Bárbara Lins. As entrevistas com Liliane Cardoso despertam nos candanguinhos que aqui nasceram uma saudade dos tempos em que a capital crescia ao mesmo tempo que aquelas crianças. Numa conversa descontraída, Liliane traz aos internautas memórias embrulhadas na história da cidade. É uma viagem no tempo, revigorante. Veja no blog do Ari Cunha.

» História de Brasília

O panorama napolitano de roupas ao vento nas janelas e nos corredores, outrora privilégio das quadras 409-10 já se estendeu à Asa Norte. O Bloco 42 comanda o espetáculo. (Publicada em 5/5/1962)